

O possível e o necessário: as estratégias das esquerdas

Edmundo Fernandes Dias

Professor do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas

O processo da revolução russa concretizou, durante décadas, no ideário e nas práticas das classes trabalhadoras a alternativa ao capitalismo. Obviamente não cabe nos limites deste texto a análise do que foi a experiência russa. Nossa revista tem trabalhado neste sentido, abrigando em seu seio esse debate.¹ Esse processo revolucionário foi, contudo, abortado. Depois de várias décadas de confusão entre processo histórico russo e socialismo, um sem número de direções e organizações de esquerda, de diversas matizes, acabaram por fazer um giro de 180° e passaram a afirmar, com a mesma certeza e dogmatismo anteriores, justo o contrário, sem dar-se conta da operação ideológica que “sustenta” essa mudança de “análise” e de práticas. A partir daí, a maior parte das esquerdas brasileiras vêm proclamando a impossibilidade de uma alternativa real ao capitalismo e construindo suas táticas e estratégias a partir dessa constatação há pelo menos uma década.

Como as esquerdas em escala internacional, em especial o Partido Comunista da União Soviética, baseavam suas análises sobre o socialismo a partir da identificação entre socialismo e estatismo e, ao mesmo tempo, se recusavam a colocar a questão específica da socialização das forças produtivas, o discurso majoritário por elas produzido — e suas práticas correlatas — traduziu-se em uma análise determinista de tipo economicista. Esta “análise” rebaixava o nível da teoria e das práticas à luta pela obtenção de medidas que permitissem às classes trabalhadoras, em especial ao operário fabril, uma melhor condição material de vida. Decorrente daí, ficava, sobretudo para os social-democratas, a suposição de que era possível realizar essas conquistas no plano da democracia formal de tipo liberal e, para os partidos comunistas, a de que socialismo e planificação eram um único e solidário corpo. A industrialização

¹ Cf. Bernardo Cerdeira, “A natureza social da ex-União Soviética. Atualidade de um debate”, in *Outubro*, 1, 1998; Márcio Bilharinho Naves, “Stalinismo e capitalismo: a ‘disciplina do açoite’”, in *Outubro*, 2, 1999; e os artigos de Michael Löwy e de Bernardo Cerdeira no presente número de *Outubro*.

passava a ser a solução mágica.² As sociedades industriais apareciam, assim, como um território indiferenciado (forma primeira do debate sobre a sociedade pós-industrial). Suprimia-se, deste modo, a possibilidade da constituição de uma nova forma societária; reforçava-se o capitalismo como horizonte político-ideológico a ser vivido pelas classes trabalhadoras.

Majoritariamente as esquerdas não se colocavam a pergunta sobre as condições reais do seu “novo” projeto e acabaram por institucionalizar a luta dos trabalhadores através de uma postura aliancista *a priori*.³ Em nome de um acúmulo de forças, necessário, buscavam em outra classe (a burguesia nacional progressista) a direção real e incontestada do processo de “libertação” das forças produtivas. Na realidade trabalhavam — no mais das vezes inconscientemente — com a idéia segundo a qual o imperialismo era uma anomalia e, dentro dele, seria possível a constituição de uma sociedade moderna, democrática, autônoma. Ou seja, afirmavam que essa transição poderia ser encaminhada nas formas vigentes do capitalismo tornando-se, assim, prisioneiras umbilicalmente daquele, atrelando a ele as classes trabalhadoras e decapitando suas possibilidades reais de libertação. Impediam, pois, a constituição da identidade destas classes, limitavam seus projetos, ajudavam a perpetuar aquele que em teoria, era seu “inimigo”. Suas ações eram, portanto, pautadas, agendadas, pelo inimigo de classe.

A raiz desse problema está na ausência, pelas forças de esquerda, da compreensão real do processo do capitalismo. “Lendo” *O capital*, de forma muito particular (quando o faziam), os setores majoritários das esquerdas reduziam o modo de produção capitalista à produção de mercadorias. Assumiram a hipótese de que, dada a produção, a questão central se deslocava para o campo da circulação, do consumo, consubstanciando assim uma visão “distributivista de esquerda”. Confundiam-se conquistas materiais com a própria centralidade da luta e do projeto. Enquadravam-se, assim, as reformas necessárias para a transformação social com uma direção reformista da luta.

² Esta é uma primeira redução da totalidade do social ao desenvolvimento das forças produtivas, entendidas, no mais das vezes, como tecnologia. É o prelúdio da tese da revolução científico-tecnológica que ganhou maturidade a partir da década de 70. No caso da chamada União Soviética, atrelou-se todo o desenvolvimento da nova forma estatal e societária a este programa de modernização econômica. Aqui está a questão central: confundindo tecnologia com o desenvolvimento das forças produtivas, negava-se o papel da luta de classes na transformação social e substituiu-se, acriticamente, mercado por planificação. Ver a análise de Gramsci nos *Quaderni del Carcere*, onde ele analisa a questão do mercado determinado e do *homo oeconomicus*.

³ Não cabe nos limites deste texto explicitar as diferenciações deste projeto aliancista seja na forma social-democrata seja na forma stalinista.

Subalternizava-se a estratégia à tática, confundindo-se o possível com o necessário.⁴ Passavam, repito, a responder a uma agenda que não era a sua e sim a do capitalismo em todos os níveis de intervenção social.

Obviamente essas esquerdas continuavam a falar das classes e da sua desigualdade sob o capitalismo, mas era uma fala mutilada do antagonismo classista, pois essa política implicava em questionar tão somente as formas de distribuição e consumo e não a Ordem do Capital. Não podiam, portanto, colocar a destruição da ordem capitalista como projeto estratégico.

O desconhecimento da política

Essas “análises”, estratégias e táticas não levavam na devida consideração as formulações já elaboradas por Marx na metade do século passado. A análise marxista é a mais radical crítica da economia política capitalista e da sua institucionalidade e não uma pura teoria econômica. Marx analisara o capitalismo como uma totalidade articulada pelos processos de trabalho e de valorização sob o comando deste último e o segredo de toda dominação era explicado pela forma pela qual se extraía a mais-valia. A redução da totalidade social à pura contradição Capital-Trabalho como se esta, em si mesma, fosse capaz de desvendar o real é, em suma, uma forma mistificada/alienante, que desarma a militância.

Nunca é demasiado ressaltar que as leis de desenvolvimento capitalista não se dão no vazio, mas no solo fecundo da historicidade do real. Poder-se-ia argumentar que essas mesmas esquerdas já tinham, na prática, abandonado a compreensão dessa totalidade contraditória, do conjunto das demais contradições classistas, ao aceitar a visão distributivista-aliancista. O fato de colocar a imediaticidade das conquistas materiais como elemento estratégico central levava necessariamente à desqualificação desse todo um conjunto de questões. Discursos e práticas que essas análises das esquerdas não conseguiam capturar. A negação do antagonismo classista é a característica essencial do pensamento reformista: e é a partir disto que ganha significação o privilegiamento da atuação no campo institucional⁵ e a conseqüente desqualificação do antagonismo no processo de politização (dentro da ordem) da luta. Não queremos negar

⁴ A ilustração máxima dessa forma de intervenção é o papel desempenhado pela social-democracia alemã na gerência da crise capitalista e na administração política do *Welfare State*.

⁵ Sobre os limites da ação institucional é sempre bom ter presente o conjunto das reflexões de Norberto Bobbio, um dos mais destacados liberais do nosso século. Trata-se de uma visão insuspeita, visto que Bobbio identifica democracia com regras do jogo.

que o plano da institucionalidade possa e deva ser usado desde que seja colocado sob a égide do antagonismo classista e de suas práticas políticas.

Marx, no famoso *Capítulo inédito*, afirmou que o capitalismo era produtor e reproduzidor das relações sociais capitalistas, vale dizer, das classes sociais. Mostrou que a determinação do processo de valorização era essencial para a compreensão de como se realizava o próprio processo de produção. Para sua existência, o capitalismo requeria a presença/fusão dessas condições. Em *O capital* ele mostrou que o processo histórico da luta de classes conformou o modo capitalista de dominação: o Estado moderno e sua institucionalidade, entendida essa como o *locus* onde se realiza a dominação classista e não como espaço civilizatório neutro. As instituições são formas da condensação da luta de classes. E, obviamente, as transformações que ocorrem no cotidiano capitalista embora criem contradições e conjunturas sempre renovadas, não alteram essencialmente a natureza de classe dessa forma societária. O fato, por exemplo, da redução numérica dos trabalhadores fabris de tipo fordista não implica o desaparecimento do trabalho, nem como prática nem como categoria central, para a compreensão da sociabilidade capitalista. Não suspende os efeitos da teoria do valor (da condensação de exploração/opressão) nem muito menos elimina os efeitos fetichistas da ordem mercantil. É preciso ter sempre em mente uma conhecida afirmação de Marx segundo a qual toda ciência seria desnecessária se essência e aparência coincidissem.

A clara compreensão da determinação dos processos reais sob a aparência fenomênica é vital para não cair nem em erros teóricos nem nos eternos cantos de sereia do pensamento liberal. As análises — inclusive as das esquerdas no plano internacional — passaram a focar a possibilidade de regular o capitalismo como alternativa.⁶ Pretendia-se, com isso, impedir que as famosas contradições capitalistas atingissem um nível superior de deterioração da vida social. Predominava, nessa concepção “distributivista”, a idéia de que era possível, dentro do capitalismo, alterar a correlação de forças em favor do operariado e das demais classes trabalhadoras. Confundia-se o plano — necessário mas não suficiente — das reformas com o processo de transformação a longo prazo. Abandonava-se a idéia da revolução socialista. Não se levava em conta a capacidade do capitalismo de superar suas próprias crises. Isso aparecia claramente tanto na ideologia stalinista da crise final do

⁶ Sobre isso ver as teses dos regulacionistas, alguns dos quais se proclamaram marxistas durante algum tempo.

capitalismo quanto nas análises social-democratas da auto-superação do capitalismo pelas liberdades já realizadas pelo Estado moderno.

Elaborando suas táticas e estratégias a partir dessa concepção, setores amplos da esquerda, dos mais diferentes matizes, não percebiam que o mecanismo de regulação era um dos elementos fundamentais de saída da crise capitalista. Isso pode ser claramente demonstrado pela compreensão stalinista de que na década de 30 o capitalismo estava atravessando uma fase de declínio⁷ exatamente quando ele vivia o seu grande momento de ofensiva material e ideológica: o fordismo generalizava-se nos Estados Unidos e avançava sobre a Europa.

A identificação entre planificação e socialismo corria paralela à impossibilidade, afirmada por esses teóricos e práticos, de conciliar planificação e mercado. A história do século XX cansou de mostrar o erro dessa tese — apesar dos ultraliberais — e demonstrou que, muito pelo contrário, isso não só era possível como era a lógica da resposta capitalista à sua crise. Reduzia, além dos seus erros anteriores já citados, o fio da navalha crítica do marxismo a uma mera apologia da planificação, com o que se negava o seu caráter de construtor da racionalidade emancipatória das classes trabalhadoras. E, pior ainda, transformou-o em teoria apologética do Estado stalinista.

O modelo “soviético”⁸ generalizou esse conjunto de equívocos e os transformou em palavra de ordem internacional. O stalinismo apagava não apenas suas oposições internas (ver em especial a trotskista) mas toda e qualquer oposição em qualquer lugar onde existisse um partido comunista. E, perversamente, ao negar a questão da socialização das forças produtivas e a conseqüente questão da democracia dos trabalhadores, o stalinismo atuava como o braço esquerdo do revisionismo social-democrata. Com uma diferença fundamental: para estes últimos o projeto era bastante claro e coerente.

⁷ Sobre isso ver a obra clássica do economista E. Varga: *L'économie de la période de déclin du capitalisme après la stabilisation*, Paris, Bureau d'Éditions, s.d.

⁸ Aqui há uma curiosa contrafação ideológica pois a União Soviética — sob o stalinismo — começou a se designar assim bastante depois da liquidação prática das experiências soviéticas. Era apenas a forma de identificação mítica e alienada com a Revolução de 1917. Mas era mecanismo necessário para dirigir o movimento comunista internacional.

A crise capitalista e a integração passiva à ordem

A década de 70 vai mostrar uma crise mais global: não era apenas a sociedade capitalista que estava em crise mas toda a Ordem do Capital. Ou seja, o “socialismo” de corte stalinista que reintroduzira práticas capitalistas, estava também em crise. Contudo é necessário dizer que ao não colocar a questão da socialização das forças produtivas e ao reduzi-la, pura e simplesmente, à tese da estagnação, a esquerda oficial — nacional e internacionalmente — abandonava não apenas a perspectiva da revolução, mas acabava por ser capturada pelas teses deterministas do avanço da tecnologia. Ou seja, a tecnologia passou a ser vista como a saída para a crise, como a “ante sala do socialismo”.⁹ Reforçava-se, ainda uma vez, a eliminação das identidades e das lutas das classes trabalhadoras. Mais do que tudo: a esquerda passava a ser hegemonzada pelo pensamento liberal.

Com isso, o capitalismo passa a “aparecer” cada vez mais não apenas como vitorioso, mas como a única forma societária possível. Aqui relembramos a diferença entre essência e aparência. Relembramos, também, que a aparência é um elemento decisivo da legitimação da dominação classista, das ideologias como constituidoras do real. As “pátrias” socialistas começam a produzir um processo de reconstrução do capitalismo. A “primavera de Praga”, analisada com cuidado, já indicava uma série de reformas econômicas não-contraditórias com algumas formulações russas e com as que vão predominar mais tarde. O problema, para a burocracia russa, residia em como evitar a quebra do seu monopólio de poder sobre os países de sua área de influência. Não era tanto uma questão de manter o princípio socialista — ainda que esse fosse o “mote” — mas de continuar a controlar politicamente aquelas sociedades. As experiências russa e chinesa de transição ao capitalismo o demonstram claramente.¹⁰

Da integração passiva à aceitação do possível

Que lições as esquerdas retiraram desses eventos? Elas trabalharam com a perspectiva da inviabilidade do socialismo e, assim, reduziram o leque de possibilidades às formas societárias capitalistas. Na realidade, realizava-se

⁹ Sobre isso ver Edmundo Fernandes Dias, “A liberdade (im)possível na ordem do capital. Reestruturação produtiva e passivização”, *Textos Didáticos*, 29, IFCH/Unicamp, 1997.

¹⁰ Não cabe nos limites deste texto essa análise, mas seria relevante sinalizar a questão dos tempos diferenciais nesses dois casos. A forma russa unificou reforma política e reforma econômica em um único momento. A chinesa separa os dois momentos e produz o que poderia parecer aos não iniciados uma aberração: a transição ao capitalismo se faz sob o comando do velho Partido Comunista.

uma ironia perversa: os “derrotados” social-democratas vingam-se dos “vencedores” comunistas. O projeto que passa a ser, na prática, hegemônico entre os que se declaram socialistas — o nome comunista é rapidamente abandonado¹¹ — é o da *possibilidade realizável*, da *utopia possível*, vale dizer, a perpetuação do projeto capitalista ainda que *tendencialmente controlado*. Essa é a ilusão, ou melhor, o fetiche dominante na política das esquerdas atuais. O projeto da democracia formal e seu componente fundamental — a cidadania — passam a dominar o seu imaginário e as suas *ideologias*.

Pensar o projeto de transformação social no interior do capitalismo implica a afirmação da neutralidade das instituições ou, pelo menos, o seu caráter de democracia radical. Trata-se de aceitar a possibilidade de que, nessas e por essas instituições, seja possível alterar a natureza de classe do Estado. O sonho que em Bernstein já era ilusório apesar de ser vivenciado no período da *belle époque* criada pela exploração do mundo colonial e, portanto, da capacidade do Estado burguês e de suas classes dominantes, de fazer concessões, é agora grosseira contrafação. Gramsci afirmou que “o reformismo é a política dos bons tempos”. Com possibilidades amplíssimas, o Estado capitalista pôde assimilar as classes trabalhadoras, principalmente a partir do momento em que partidos e sindicatos não colocavam rigorosamente a Ordem do Capital em questão. Discutir a distribuição de benefícios sociais sem questionar a exploração capitalista é aceitá-la na prática.

A crise capitalista que se acentua nos anos 70 coloca essas ilusões em xeque. Livre do fantasma comunista, o capitalismo pode reinventar formas pré-teritas de exploração, articulá-las com as formas mais modernas e ampliar sua dominação. Para tanto, há que silenciar as classes trabalhadoras, há que tornar clandestino o trabalho, há que expulsá-lo do campo legal, desconstitucionalizá-lo. Há que reconstruir a unidade economia-política capitalista. Assim, neoliberalismo e reestruturação produtivas são irmãos siameses. O problema está, centralmente, na assunção pelas formas organizativas dos trabalhadores (partidos e sindicatos), da inevitabilidade da Ordem do Capital.

Aceita essa inexorabilidade, resta acabar de subsumir o trabalho ao Capital: o coletivo dos trabalhadores e suas famílias, enfim, o conjunto da sociedade. Aqui entra em jogo a forma de intervenção do conjunto das esquerdas nas conjunturas. Hegemonizadas pelo pensamento liberal, elas sacrificam o *aqui e agora* das classes trabalhadoras à Ordem do Capital. Não

¹¹ Desde o debate sobre o eurocomunismo até o processo de transformação do *Partito Comunista Italiano* em *Partito Democratico della Sinistra*.

conseguem, e em muitos casos sequer o desejam, perceber que sob o domínio do privado não pode haver liberdade real para os dominados. A agenda da esquerda, repetimos, é pautada pelo capitalismo, seus teóricos e práticos.

Os movimentos sociais passaram, já na década de 80, em grande medida, a substituir as organizações formais das classes trabalhadoras. Muitas vezes cometeram o suicídio de se colocarem como não-políticos, voltando as costas para o Estado. Os sindicatos e os partidos de esquerda passaram a assimilar a ideologia da cidadania e da sociedade civil. Chegaram mesmo a falar em organizar a sociedade civil contra o Estado, como se fosse possível separá-los organicamente. Tomando essa perspectiva, aprofundaram sua inserção nessa Ordem ao invés de concebê-la como *locus* privilegiado da luta de classes. O capitalismo, ao implementar os irmãos siameses, coloca como projeto sua “auto-reforma”¹²

A estratégia burguesa da reforma do Estado, em especial nos países capitalistas da periferia, mas não só neles, passou a implicar a eliminação progressiva de direitos sociais, as limitações aos direitos políticos — ver sobretudo o mecanismo das medidas provisórias e o da liberdade incontrastada da mídia capitalista paralelamente à proibição ou quase da mídia das classes trabalhadoras —, a quebra das organizações sindicais, etc. Progressivamente entram em crise todas as formas democráticas de participação e de representação: as acusações variam do corporativismo ao estatismo.

Apesar disso, a esquerda hegemônica continua a afirmar que esse é o único caminho, já que a revolução é coisa do passado. Identificando stalinismo com socialismo, ela passa a aceitar o capitalismo como a única forma societária possível. A um só tempo se reafirma, contra toda e qualquer evidência — salvo nos momentos mais agudos da crise — que esta é a única forma organizativa possível: os partidos na ordem parlamentar. Ainda que todos saibamos os limites do Parlamento nesse momento.

Reinventando a política: as possibilidades estratégicas

Passamos, assim, ao plano das estratégias possíveis. Limita-se — ou melhor, se auto-limita — o horizonte das possibilidades estratégicas. O fetiche da cidadania cumpre sua função. Trata-se, aqui e agora, de reduzir partidos e sindicatos à Ordem. Da mesma forma, trata-se de reduzir o alcance e a

¹² Em um filme clássico existe uma reflexão que deve ser feita por quem pretende transformar a sociedade. Giordano Bruno, condenado pela Igreja como herético, afirma: “Pensei que o poder poderia reformar o poder. Que ingenuidade!”.

força dos movimentos sociais. Que fazer? Aceitar a incorporação ao horizonte capitalista ou articular um novo campo de possibilidades estratégicas?

Aqui se coloca a centralidade da questão. Faz-se necessário cada vez mais lutar pela liberdade das classes trabalhadoras. E isso passa necessariamente pela construção da identidade dessas classes. Para que se altere a correlação de forças no conjunto da sociedade capitalista é vital que os trabalhadores — nas suas diferentes formas — assumam seu protagonismo e construam suas formas de luta. Sem essa clareza caminhamos para a aceitação do *possível*, isto é, do *atual*. Subordinar-se passivamente à institucionalidade capitalista, em especial em sua forma parlamentar, significa aceitar a derrota. Trata-se, portanto, de pensar e articular socialmente uma unidade dos diversos setores da classe organizados em sua múltipla inserção.

Sabemos todos que a construção da hegemonia das classes trabalhadoras passa, necessariamente, pela invenção histórica do comunismo. Recusar o economicismo e construir a democracia dos trabalhadores, construir a nova sociabilidade implica na eliminação das classes pelo desaparecimento do horizonte da exploração-opressão. Não se trata de um problema teórico, mas essencialmente prático. Reinventar as formas de organização/expressão das classes trabalhadoras implica construir, ainda sob a dominação capitalista, os elementos da nova sociedade. Uma hegemonia se constrói na luta contra as formas institucionais da anterior, na crítica das formas de conceber o mundo, de atualizar suas possibilidades de transformação.¹³

Não há, evidentemente, modelos prontos e acabados para tal. Várias possibilidades estão hoje colocadas para nós desde a construção de um fórum dos companheiros da esquerda combativa, independente da forma partidária, até mesmo a construção de uma nova forma partidária que unifique esse campo. A necessária reconstrução das formas sindicais para uma efetiva perspectiva classista, comunista é uma tarefa inadiável. Com a radicalização da conjuntura está no horizonte a possibilidade de se pensar um congresso de lideranças sindicais combativas, dos companheiros que se colocam no campo partidário de forma intransigente em defesa do comunismo, dos sem-terra, dos desempregados, dos sem-teto, etc., para construir uma manifestação orgânica dessas classes na constituição de um projeto que coloque a superação da Ordem do Capital. Trata-se de um projeto que reivindique os elementos necessários à liberdade tais como a questão do controle social dos meios de

¹³ É preciso sempre ter em mente a famosa Tese XI sobre Feuerbach que afirma a necessidade de transformar o mundo e não apenas interpretá-lo.

comunicação de massa, a organização livre e soberana dos trabalhadores, a educação pública e gratuita e a construção de um projeto de saúde sob controle dos trabalhadores, entre outras tantas.

Atuando nesse sentido estaremos construindo ativamente a perspectiva da hegemonia das classes trabalhadoras e abandonando os vagos apelos à cidadania, da participação desqualificada e desqualificadora na ordem parlamentar. Todo espaço institucional tem que ser transformado em espaço de luta pelo socialismo. Estes são elementos que permitirão lutar pela superação do malfadado limite da utopia possível. Romper com esse plano implica em construir socialmente novas possibilidades estratégicas. Neste sentido, a reconstrução da forma partidária das classes trabalhadoras ganha uma dimensão crucial. Em suma, este é o projeto que se coloca para nós: sair dos limites do aqui e do agora, da limitação da imediaticidade, reconstruir a política como atividade fundadora de uma nova ordem social para além do Capital. Por fim, colocar na ordem do dia a negação da Ordem do Capital e afirmar os direitos da liberdade para o conjunto dos trabalhadores. Trata-se de “acelerar o futuro”, sonhando o sonho juntos.